

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS FINANCIAMENTOS DO FNE PARA O SETOR COMÉRCIO

Maria Inez Simões Sales

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS FINANCIAMENTOS DO FNE PARA O SETOR COMÉRCIO

**Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB
Volume 22**

Maria Inez Simões Sales

Banco do Nordeste do Brasil
Fortaleza - CE
2024



Presidente

Paulo Henrique Saraiva Câmara

Diretores

Ana Teresa Barbosa de Carvalho

José Aldemir Freire

Leonardo Victor Dantas da Cruz

Luiz Abel Amorim de Andrade

Thiago Alves Nogueira

Wanger Antonio de Alencar Rocha

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Gerente de Ambiente

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Avaliação de Políticas e Programas (CAPP)

Gerente Executivo

Airton Saboya Valente Junior

Coordenação da Série

Maria Odete Alves

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho (BNB - ETENE)

Normalização Bibliográfica

Márcia Melo de Matos

Projeto Gráfico e Arte Final

Gustavo Bezerra Carvalho

SAC 0800 728 3030
OUVIDORIA 0800 033 3033

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

S115f

1.ed. Sales, Maria Inez Simões

Avaliação de resultados dos financiamentos do FNE para o setor comércio / Maria Inez Simões Sales. - 1.ed. - Fortaleza, CE : Banco do Nordeste do Brasil, 2024.

1.282 kb ; PDF - (Avaliação de políticas e programas do BNE ; 22)

Bibliografia.

ISBN 978-85-7791-268-1

1. Banco do Nordeste do Brasil.
2. Desenvolvimento regional. 3. Financiamento.
4. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). I. Título.

09-2024/93

CDD 338

Índice para catálogo sistemático:

1. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste :
Economia 338

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desempenho do setor comércio, por variável, por Região, no Brasil (2022)	12
Tabela 2 – Desempenho do setor comércio, por segmento, no Brasil (2022)	13
Tabela 3 – Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por Grupo de Atividades da CNAE 2.0, no Brasil (2007 a 2021)	21
Tabela 4 – Crescimento da quantidade de empresas com até 4 empregados, por Grupo de Atividades da CNAE 2.0, no Brasil (2007 a 2021)	23
Tabela 5 – Crescimento da quantidade de empresas com 5 ou mais empregados, por Grupo de Atividades da CNAE 2.0, no Brasil (2007 a 2021)	23
Tabela 6 – Pessoas ocupadas, por tamanho do quadro de empregados nas empresas comerciais, no Brasil (2007-2022)	25
Tabela 7 – Receita Operacional Líquida no setor comércio, por Divisão da CNAE 2.0, no Brasil (2022)	26
Tabela 8 – Salários e outras remunerações no setor comércio, por Divisão da CNAE 2.0, no Brasil (2007-2022).....	28
Tabela 9 – Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio na área de atuação da Sudene e no Brasil (2007 a 2021)	30
Tabela 10 – Percentual de crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por Grupo de Atividades da CNAE 2.0, na área de atuação da Sudene (2007 a 2021)	32
Tabela 11 – Percentual de crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por estado, na área de atuação da Sudene (2007 a 2021)	34

Tabela 13 – Distribuição das empresas comerciais com 250 ou mais empregados, por estado, na área de atuação da Sudene (2007-2021)	36
Tabela 14 – Pessoal ocupado nas empresas do setor comércio, por estado, na Região Nordeste (2007-2022).....	37
Tabela 15 – Evolução do saldo das operações, por segmento, no Brasil (2020-2022)	39
Tabela 16 – Saldo do crédito para pessoa jurídica, por tempo de fundação, no Brasil (2020-2022)	41
Tabela 17 – Saldo do crédito para pessoa jurídica, por setor da CNAE 2.0, no Brasil (2020-2022)	42
Tabela 18 – Expansão do crédito para pessoa jurídica, por porte, no Brasil (2020-2022)	43
Tabela 19 – Orçamento do FNE e as contratações no setor comércio, por ano, na área de atuação da Sudene (2002-2023)	47
Tabela 20 – Valores contratados no setor comércio em ordem decrescente da quantidade de operações, por estado, na área de atuação da Sudene (2002-2023).....	49
Tabela 21 – Operações do FNE e quantidade de empreendimentos, no setor comércio, em ordem decrescente da quantidade de operações, por estado, na área de atuação da Sudene (2002-2023)	50
Tabela 22 – Contratações do FNE no setor comércio, por porte do cliente, na área de atuação da Sudene (2002-2023)	52
Tabela 23 – Contratações do FNE no setor comércio, na região do Semiárido, na área de atuação da Sudene (2002-2023)	53
Tabela 24 – Contratações do FNE no setor comércio no Semiárido, por porte, na área de atuação da Sudene (2002-2023)	53

Tabela 25 – Contratações do FNE no setor comércio, por tipologia do PNDR, na área de atuação da Sudene (2002-2023)	54
Tabela 26 – Contratações do FNE no setor comércio, por RIDE, na área de atuação da Sudene (2002-2023)	55
Tabela 27 – Contratações do FNE no setor comércio, por Região Metropolitana, na área de atuação da Sudene (2002-2023)	57
Tabela 28 – Contratações do FNE no setor comércio, por grupo de atividades da CNAE 2.0, na área de atuação da Sudene (2002-2023)	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de empresas no setor comércio, no Brasil (2007 a 2021)	19
Gráfico 2 – Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, no Brasil (2007 a 2021)	19
Gráfico 3 – Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por Divisão da CNAE 2.0, no Brasil (2007 a 2021)	20
Gráfico 4 – Distribuição das empresas comerciais, por tamanho do quadro de empregados, no Brasil (2021)	24
Gráfico 5 – Diferença anual do total das ocupações no setor comércio, no Brasil (2007-2022)	26
Gráfico 6 – Diferença da Receita Operacional Líquida no setor comércio, por ano, no Brasil (2007 a 2022)	27
Gráfico 7 – Evolução dos gastos com salários e remunerações no setor comércio, por ano, no Brasil (2007–2022)	29

Gráfico 8 – Quantidade de empresas no setor comércio, por ano, na área de atuação da Sudene (2007 a 2021)	31
Gráfico 9 – Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por ano, na área de atuação da Sudene (2007 a 2021)	31
Gráfico 10 – Evolução do saldo do crédito direcionado, por segmento, no Brasil (2002-2022)	40
Gráfico 11 – Evolução do saldo do crédito de recursos livres, por segmento, no Brasil (2002-2022)	41
Gráfico 12 – Participação das modalidades de crédito para pessoas jurídicas, por porte, no Brasil (2022)	44
Gráfico 13 – Contratações do FNE no setor do comércio e no setor de serviços, por ano, na área de atuação da Sudene (2002-2023).....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação da CNAE 2.0 para o setor comércio (2007)	16
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA	15
3 DESEMPENHO DO SETOR COMÉRCIO NO BRASIL	18
4 CARACTERÍSTICAS DO SETOR COMÉRCIO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE	30
5 ANÁLISE DO DESEMPENHO DO CRÉDITO PARA PESSOA JURÍDICA EM 2022.....	38
6 FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DO FNE PARA O SETOR COMÉRCIO	45
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	66
SOBRE A AUTORA	70

1 INTRODUÇÃO

A atividade do comércio se refere a compra e venda de bens, intermediadas por uma moeda ou documento que a represente. Esse setor da economia possui potencial para gerar empregos, incorporar novas tecnologias e contribuir para o desenvolvimento dos setores primário e secundário, impulsionando a economia tanto em nível local como global. Os resultados do setor comércio tendem a ser influenciados por variáveis como: salários; crédito; taxa de juros; confiança e nível de endividamento do consumidor. Além disso, essa atividade tem sofrido fortes impactos em virtude do aumento da competição internacional; da volatilidade do mercado de capitais; da fusão de empresas do varejo; dos aumentos quantitativo e qualitativo do segmento de serviços; e dos avanços no comércio eletrônico (PAULI, 2019).

Além disso, o seu desempenho depende, ainda, do relacionamento com outras áreas do conhecimento, como por exemplo, marketing e relacionamento com o público; logística; administração; registro, análise e interpretação das operações financeiras e patrimoniais do empreendimento, além de informática e telecomunicações. Atualmente, são particularmente relevantes a informatização dos processos e as ferramentas de comunicação, bem como, as tecnologias de distribuição e armazenamento de mercadorias, as técnicas para atração de clientes, destacando-se ainda, a ética nas relações comerciais e o consumo sustentável. Essas aplicações têm sido de importância cada vez maior para uma eficiente organização dos negócios comerciais num mundo cada vez mais competitivo (DAÓLIO, 2020).

No Brasil, no setor comércio, caracteriza-se pela heterogeneidade, convivendo-se, por um lado, com o crescimento da informalidade e o fechamento prematuro de pequenos empreendimentos, como também com as corporações de varejo, a pressão dos consumidores por melhores produtos e serviços, e

a ampliação da concorrência internacional via comércio eletrônico, pressionando o setor por maior profissionalização da atividade comercial (PAULI, 2019). Entre 2017 e 2021, o comércio eletrônico dobrou de tamanho, de 25,5 milhões de compradores ativos para 48.2 milhões. Tal incremento impulsionou avanços em tecnologias e, conseqüentemente, o aumento quantitativo, a interatividade e a complexidade das plataformas de compras (Carreiro; Nose, 2023).

Em 2022, segundo a Pesquisa Anual do Comércio (PAC), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil contava com 1,4 milhão de empresas comerciais que geraram 10,3 milhões de ocupações, R\$ 318,0 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações e R\$ 6,7 trilhões em receita líquida operacional, a preços correntes de 2022. O setor comércio da Região Nordeste ficou na terceira posição em comparação ao desempenho do setor nas demais Regiões do Brasil (Tabela 1), posição que vem se mantendo de 2013 a 2022 (IBGE, 2024c).

Tabela 1 – Desempenho do setor comércio, por variável, por Região, no Brasil (2022)

Grande Região	Variáveis selecionadas			
	Pessoal Ocupado	Salários e outras remunerações	Receita bruta de revenda	Unidades locais
Região Norte	3,5	3,2	4,2	2,4
Região Nordeste	17,6	13,3	14,5	18,3
Região Sudeste	50,6	54,6	48,0	47,6
Região Sul	19,6	20,2	21,5	22,3
Região Centro-Oeste	8,8	8,6	11,9	9,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-PAC 2022 (2024). Elaboração própria.

Nota: (1) A unidade local é definida como o espaço físico onde uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo ao endereço de atuação da empresa, que pode ter várias unidades locais (IBGE,2024c).

Tomando como base a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), as atividades comerciais podem ser divididas em três segmentos: comércio de veículos, peças e motocicletas; comércio por atacado; e comércio varejista. Tais segmentos foram analisados a partir das variáveis: receita operacional bruta; margem de comercialização; e pessoas ocupadas. Conforme a Tabela 2, constatou-se, que o comércio por atacado obteve maior volume na variável receita operacional bruta, enquanto o comércio varejista teve maior margem de comercialização e quantidade de pessoas ocupadas (IBGE, 2024c).

Tabela 2 – Desempenho do setor comércio, por segmento, no Brasil (2022)

Segmento do setor comércio	Pessoas ocupadas		Receita operacional bruta		Margem de comercialização	
	Quantidade (mil)	Percentual sobre total (%)	Valor (R\$ bilhões)	Percentual sobre total (%)	Valor (R\$ bilhões)	Percentual sobre total (%)
Comércio de veículos, peças e motocicletas	846,2	8,2	621,1	8,3	110,6	7,9
Comércio por atacado	1.900,0	18,4	3.700,0	51,4	585,2	41,8
Comércio varejista	7.600,0	73,5	2.900,0	40,3	704,2	50,3
Total	10.346,2	100,0	7.221,1	100,0	1.400,0	100,0

Fonte: IBGE-PAC 2022 (2024). Elaboração própria.

Tendo em vista os números significativos do setor comércio para a economia do País, justifica-se a realização deste trabalho de avaliação sobre os financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para esse setor, cujo objetivo é identificar os resultados atingidos nos financiamentos a partir das diretrizes e do plano de aplicação, compreendendo o período de 2002 a 2023. Inicia-se com uma análise do crescimento do setor comércio em relação à

quantidade de estabelecimentos, no Brasil e na área atendida pelo FNE. Segue-se breve relato sobre a evolução do crédito bancário voltado para as empresas, a partir do Relatório do Banco Central, e uma análise quantitativa dos resultados das operações contratadas com recursos do FNE no setor comércio, concluindo com as considerações finais sobre os achados deste trabalho.

2 METODOLOGIA

Este trabalho de avaliação de resultados foi desenvolvido a partir das seguintes fontes de dados secundários: Relação Anual de Informações (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); a Pesquisa Anual do Comércio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e uma base de dados das operações contratadas com recursos do FNE, no setor comércio, operacionalizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Esses dados foram analisados por meio de estatística descritiva.

Para trabalhar com essas fontes, foi necessário identificar as diversas atividades do setor comércio e definir um padrão para denominá-las. Desse modo, foi utilizada a nomenclatura da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Tal ferramenta é aplicada a todos os agentes econômicos, compreendendo as empresas privadas ou públicas; organismos públicos e privados; instituições sem fins lucrativos; e agentes autônomos. Foi instituída por meio de resolução da Comissão Nacional de Classificação do IBGE (Concla) e consiste em uma padronização dos códigos das atividades econômicas (IBGE, 2007).

A CNAE foi atualizada pelas resoluções nº 1/2006, e nº 2/2006, passando a ser aplicada em 2007, com a denominação CNAE 2.0, passando a ser composta por 21 Seções, codificadas e sequenciadas pelas letras do alfabeto, e cada uma delas com suas respectivas divisões e grupos de atividades. Após a vigência da CNAE 2.0, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) recomendou que os estudos que viessem a utilizar a nova classificação, a partir de 2007, não deveriam comparar os dados classificadas com os da CNAE 1.0, ou seja, dados da série de 1988 até 2007, uma vez que não se encontram disponíveis dados para os anos anteriores a 2007, nessa nova versão da classificação (IBGE, 2007).

Para este trabalho, foi identificada a Seção G da CNAE 2.0, que possui a denominação “Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas”, com suas três Divisões: a de código 45, denominada “Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas”; a 46, “Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas”, e a 47, “Comércio Varejista”. Cada uma dessas Divisões possui um Grupo de Atividades, conforme Quadro 1 (IBGE, 2007).

Quadro 1 – Classificação da CNAE 2.0 para o setor comércio (2007)

Código e Divisão	Código e descrição do Grupo de Atividades
45 Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1 Comércio de veículos automotores
	2 Manutenção e reparação de veículos automotores
	3 Comércio de peças e acessórios para veículos automotores
	4 Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios
46 Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	1 Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motos
	2 Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos
	3 Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo
	4 Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar
	5 Comércio atacadista de equipamentos e produtos de TI e comunicação
	6 Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de TI e comunicação
	7 Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e de construção
	8 Comércio atacadista especializado em outros produtos
	9 Comércio atacadista não especializado

47	Comércio varejista	1	Comércio varejista não especializado
		2	Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo
		3	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
		4	Comércio varejista de material de construção
		5	Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; e artigos de uso doméstico
		6	Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos
		7	Comércio varejista de prod. farmacêuticos, perfumaria, cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos
		8	Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados

Fonte: IBGE (2007). Elaboração própria.

3 DESEMPENHO DO SETOR COMÉRCIO NO BRASIL

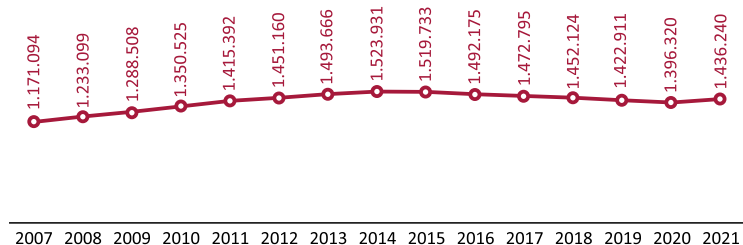
Para delinear a dimensão do setor comércio para a economia do País, foi utilizada a base de dados da Relação Anual de Informações (RAIS), instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Decreto nº 76.900/1975 (BRASIL, 1975). A RAIS consiste em informações anuais, prestadas por todas as empresas, públicas ou privadas, formalizadas e em atividade no País (MTE, [2021]). Os microempreendedores individuais (MEI) são obrigados a fazer a declaração da RAIS se forem empregadores de pessoa física, exceto empregados domésticos (SEBRAE, 2021).

Tendo em vista a relevante quantidade de empresas registradas como microempreendedor individual (MEI), cerca de 14,6 milhões (IBGE, 2024b), pode-se deduzir que os dados da RAIS apresentados neste trabalho contemplaram apenas uma parcela, numericamente, não representativa dessa categoria de empresa, sendo, portanto, objeto desta análise, as empresas de portes micro, pequeno, médio e grande de formato organizacional mais estruturado (RFB, [2023]).

Foram analisados os dados disponíveis na base de dados da RAIS, no período de 2007 a 2021. No Brasil, observou-se uma expansão no total de empreendimentos comerciais, na ordem de 352.837, no período 2007 a 2014. A partir de 2015, ocorreu uma redução na quantidade de estabelecimentos que se estendeu até 2020, totalizando 127.611. Em 2021, se observou uma tendência de recuperação do setor comércio com o incremento de 39.920 estabelecimentos em comparação com o ano de 2020. Portanto, no período de 2007 a 2021, houve um incremento de 265.146 empreendimentos no setor comércio. No final do exercício de 2021, estavam ativos

1.436.240 empreendimentos comerciais formais que declararam a RAIS (Gráfico 1).

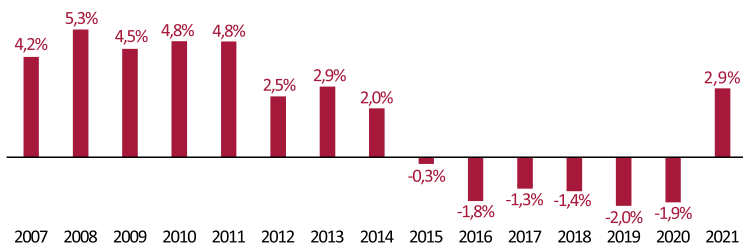
Gráfico 1 – Quantidade de empresas no setor comércio, no Brasil (2007 a 2021)



Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

Comparando-se a quantidade de empresas comerciais em determinado ano com o ano anterior, observou-se que, houve crescimento acima de 4%, no período 2007 a 2011, e abaixo de 3% no triênio de 2012 a 2014. A partir de 2015 até 2020, verificou-se um decréscimo da quantidade de empreendimentos, tendo os anos de 2019 e 2020 como os mais críticos. No ano seguinte, 2021, o setor retomou a tendência de crescimento, alcançando 2,9% (Gráfico 2).

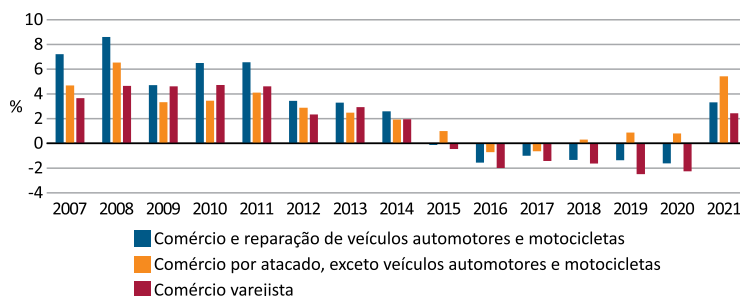
Gráfico 2 – Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, no Brasil (2007 a 2021)



Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

Ao utilizar a classificação do setor comércio por Grupo de Divisão da CNAE 2.0, compreendendo o grupo das atividades de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; o grupo das atividades de comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas; e o grupo das atividades de comércio varejista, observou-se que, no período 2007 a 2021, as atividades referentes ao comércio por atacado apresentou redução apenas em 2016 e 2017, com tendência de crescimento a partir de 2018, enquanto as demais atividades do setor comércio tiveram redução de 2015 a 2020, e recuperação apenas em 2021 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por Divisão da CNAE 2.0, no Brasil (2007 a 2021)



Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

No período de 2007 a 2021, a atividade do setor comércio que apresentou maior redução foi o comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos com menos 11,7%. Por outro lado, apresentaram maior expansão as atividades de: manutenção e reparação de veículos automotores, 81,6%; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, 81,1%; comércio atacadista de produtos de tecnologia da informação, 66,2%; comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios 61,8% (Tabela 3).

Tabela 3 – Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por Grupo de Atividades da CNAE 2.0, no Brasil (2007 a 2021)

Divisão e Grupo de Atividades CNAE 2.0 do Setor Comércio	Quantidade de empresas			Crescimento (%)
	2007 (a)	2021 (b)	(b-a)	
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTO	136.191	185.509	49.318	36,2
Comércio de veículos automotores	18.992	20.313	1.321	7,0
Manutenção e reparação de veículos automotores	34.372	62.413	28.041	81,6
Comércio de peças e acessórios	72.370	85.859	13.489	18,6
Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios	10.457	16.924	6.467	61,8
COMÉRCIO ATACADISTA	112.955	154.158	41.203	36,5
Representantes e agentes do comércio	12.721	18.070	5.349	42,0
Matérias-primas agrícolas e animais vivos	5.883	8.226	2.343	39,8
Especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	27.276	31.681	4.405	16,1
Produtos de consumo não alimentar	24.903	35.159	10.256	41,2
Equipamentos e produtos de TI e comunicação	1.813	3.013	1.200	66,2
Máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto TI e comunicação	7.893	14.297	6.404	81,1
Madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção	8.314	12.540	4.226	50,8
Especializado em outros produtos	19.412	24.138	4.726	24,3
Não especializado	4.740	7.034	2.294	48,4
COMÉRCIO VAREJISTA	921.948	1.096.573	174.625	22,6
Não especializado	112.167	139.236	27.069	24,1
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	104.845	137.234	32.389	30,9
Combustíveis para veículos automotores	31.892	41.899	10.007	31,4
Material de construção	108.194	136.106	27.912	25,8
Equipamentos de informática e comunicação	138.094	150.354	12.260	8,9
Artigos culturais, recreativos e esportivos	47.561	42.009	-5.552	-11,7

Divisão e Grupo de Atividades CNAE 2.0 do Setor Comércio	Quantidade de empresas			Crescimento (%)
	2007 (a)	2021 (b)	(b-a)	
Prod. farmacêuticos, perfumaria, cosméticos, art. médicos, ópticos e ortopédicos	97.492	145.611	48.119	49,4
Produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	281.703	304.124	22.421	8,0
Total	1.171.094	1.436.240	265.146	22,6

Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

Ao analisar os estabelecimentos do setor comércio com até 4 empregados, observou-se que o menor percentual de crescimento foi na faixa das empresas que não tinham empregados, com um crescimento de 1,9%, tendo o comércio varejista apresentado redução na quantidade de empresas de 0,5% (Tabela 4). Tal desempenho poderia ser uma consequência da migração de muitas empresas para a categoria de MEI, tendo em vista que o regime tributário e o processo de abertura e fechamento desse tipo de constituição de empresa serem mais simplificados. Os dados dos optantes do Simples Nacional da Receita Federal corroboram com essa hipótese. Em 2012, aproximadamente, 37,7% das empresas optantes encontravam-se na categoria de MEI, e, em 2021, esse percentual alcançou 69,0% (RFB, 2023).

Por outro lado, as empresas com 1 a 4 empregados tiveram um crescimento na quantidade de estabelecimentos de 16,9%, no período de 2007 a 2021, e acima de 40,0% nos grupos do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e do comércio atacadista (Tabela 4).

Tabela 4 – Crescimento da quantidade de empresas com até 4 empregados, por Grupo de Atividades da CNAE 2.0, no Brasil (2007 a 2021)

Grupo de Atividades da CNAE 2.0	Sem empregados			De 1 a 4 empregados		
	2007	2021	(%)	2007	2021	(%)
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14.320	16.575	15,7	83.545	117.798	41,0
Comércio Atacadista	12.164	13.030	7,1	56.264	78.886	40,2
Comércio Varejista	107.092	106.507	-0,5	553758	647.196	16,9
Total	133.576	136.112	1,9	693.567	843.880	21,7

Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

As empresas de maior porte tiveram crescimento de 69,5%, nas empresas acima de 100 empregados, embora tenha havido queda expressiva de 21,3% nas empresas desse porte no segmento do comércio e reparação de veículos e motocicletas. Cabe destacar o desempenho do comércio atacadista com mais de 100 empregados que cresceu 97,7% (Tabela 5).

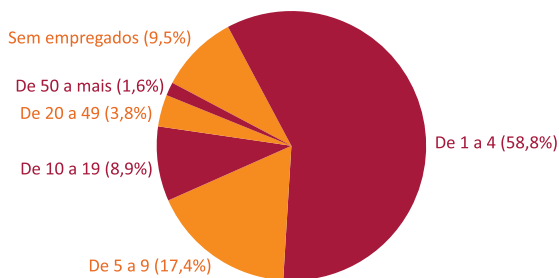
Tabela 5 – Crescimento da quantidade de empresas com 5 ou mais empregados, por Grupo de Atividades da CNAE 2.0, no Brasil (2007 a 2021)

Grupo de Atividades da CNAE 2.0	De 5 a 19 empregados			De 20 a 99 empregados			Acima de 100 empregados		
	2007	2021	Var.	2007	2021	Var.	2007	2021	Var.
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	31.766	43.096	35,7	6.040	7.631	26,3	520	409	-21,3
Comércio Atacadista	32.946	44.563	35,3	10.135	14.820	46,2	1.446	2.859	97,7
Comércio Varejista	223258	290519	30,1	34387	46432	35,0	3453	5919	71,4
Total	287.970	378.178	31,3	50.562	68.883	36,2	5.419	9.187	69,5

Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

Em 2021, verificou-se que a maioria das empresas comerciais possuíam até 4 empregados, representando 68,3%, e as empresas com mais de 50 empregados, 1,6%. Cabe destacar que as empresas comerciais com 250 ou mais empregados somaram 1.785 unidades (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Distribuição das empresas comerciais, por tamanho do quadro de empregados, no Brasil (2021)



Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

Outros parâmetros para análise das empresas do setor comércio foram investigados, utilizando-se a Pesquisa Anual do Comércio (PAC), realizada pelo IBGE, em 2022. Tal Pesquisa identificou que estavam em atividade, no Brasil, 1,4 milhão de empresas comerciais, que geraram 10,3 milhões de postos de trabalho, distribuídos da seguinte forma: 73,5% no comércio varejista, 18,4% no atacadista e 8,2% no comércio de veículos, peças e motocicletas (IBGE, 2024c).

No período 2007 a 2022, foram gerados 2.771.071 postos de trabalho, dos quais 62,8% foram das empresas com 50 ou mais empregados, enquanto as empresas com menos de 50 empregados, responderam por 37,2%. Em 2007, as empresas com 50 ou mais empregados respondiam por 29,0% do total dos postos de trabalho do setor comércio, mas, em 2022, alcançaram 38,1%. Destacaram-se as empresas com mais de

500 empregados que criaram mais de 1,2 milhão de postos de trabalho (Tabela 6).

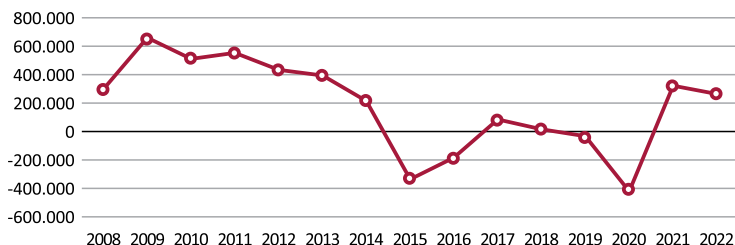
Tabela 6 – Pessoas ocupadas, por tamanho do quadro de empregados nas empresas comerciais, no Brasil (2007-2022)

Quadro de pessoal	2007		2022		Diferença (2022-2007)	Crescimento (%)
	Pessoal ocupado	Participação (%)	Pessoal ocupado	Participação (%)		
Até 19	4.481.906	59,2	5.240.745	50,7	758.839	16,9
20 a 49	889.872	11,8	1.161.329	11,2	271.457	30,5
50 a 99	412.201	5,4	552.526	5,3	140.325	34,0
100 a 249	404.540	5,3	620.424	6,0	215.884	53,4
250 a 499	240.028	3,2	434.351	4,2	194.323	81,0
500 ou mais	1.142.647	15,1	2.332.890	22,6	1.190.243	104,2
Total	7.571.194	100,0	10.342.265	100,0	2.771.071	36,6

Fonte: IBGE-Sidra-PAC 2022 (2024). Elaboração própria.

Em 2009, evidenciou-se um crescimento de 659.550 ocupações no setor comércio, em relação a 2008, foi o maior resultado do período. Em 2010, teve início um período de queda no ritmo de crescimento das ocupações até 2014, concluindo-se esse período com 3.061.962 de novas ocupações. Contudo, nos anos 2015, 2016 e 2020, evidenciou-se redução de 942.598 pessoas ocupadas. A partir de 2021, observou-se a retomada do crescimento da quantidade de pessoas ocupadas, ao nível de 2008, alcançando 321.837 novas ocupações, e, no ano seguinte, mais um acréscimo de 263.735. De 2008 a 2022, o saldo foi de 2,8 milhões de novas ocupações (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Diferença anual do total das ocupações no setor comércio, no Brasil (2007-2022)



Fonte: IBGE-Sidra-PAC 2022 (2024). Elaboração própria.

Dando continuidade as informações estruturais do setor comércio, segundo a Pesquisa Anual do Comércio 2022 (PAC), as empresas comerciais geraram uma Receita Operacional Líquida (ROL), ou seja, os ganhos efetivados menos os impostos que incidiram sobre as vendas, na ordem de R\$ 6,7 trilhões (IBGE, 2024c). O grupo de atividades do comércio de veículos, peças e motocicletas apresentou, no período 2007 a 2022, um incremento de 0,8%, enquanto as atividades de comércio por atacado tiveram ganhos de 101,8%, e as de comércio varejista 79,6%. Os valores foram atualizados pelo índice de correção IGP-DI, na posição 2022 (Tabela 7).

Tabela 7 – Receita Operacional Líquida no setor comércio, por Divisão da CNAE 2.0, no Brasil (2022)

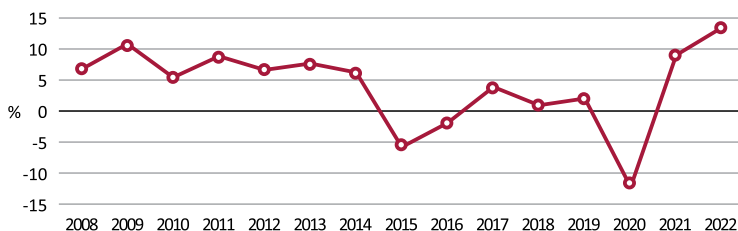
Divisão CNAE 2.0 do setor comércio	ROL 2007 (R\$ milhões) (*)	ROL 2022 (R\$ milhões)	Crescimento (%)
Comércio de veículos, peças e motocicletas	580.475,2	585.108,1	0,8
Comércio por atacado	1.689.757,9	3.410.653,1	101,8
Comércio varejista	1.497.206,2	2.689.141,7	79,6
Total	3.767.439,3	6.684.902,9	77,4

Fonte: IBGE-Sidra-PAC 2022 (2024). Elaboração própria.

Nota: (*) Valores atualizados pelo índice de correção IGP-DI 2022.

Comparando o valor total por ano da Receita Operacional Líquida (ROL), no setor do comércio, observou-se uma queda abrupta em 2015, com leve recuperação em 2016 até 2019. A maior redução ocorreu em 2020, o que pode ser atribuído às consequências da pandemia de Covid-19 no setor. A tendência de crescimento teve início em 2021, seguindo-se 2022 com um crescimento de 13,5% em relação ao ano anterior, evidenciando-se o maior desempenho dessa rubrica no período analisado (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Diferença da Receita Operacional Líquida no setor comércio, por ano, no Brasil (2007 a 2022)



Fonte: IBGE-Sidra-PAC 2022 (2024). Elaboração própria.

Quanto aos gastos com salários e outras remunerações, o setor comércio totalizou R\$ 317,9 bilhões, no ano de 2022, em salários e outras remunerações. Em relação aos valores gastos corrigidos pelo IGP-DI 2022, na posição 2007, obteve-se um crescimento de 46,0% nessa rubrica.

Houve crescimento em todas as Divisões da CNAE 2.0, no período de 2007 a 2022, destacando-se o crescimento do comércio atacadista e do varejista (Tabela 8).

Tabela 8 – Salários e outras remunerações no setor comércio, por Divisão da CNAE 2.0, no Brasil (2007-2022)

Divisão CNAE 2.0 do Setor Comércio	Salários e outras remunerações 2007 (R\$ milhões)	Salários e outras remunerações 2022 (R\$ milhões)	Crescimento (%)
Comércio de veículos, peças e motocicletas	24.280,5	30.021,1	23,6
Comércio por atacado	58.053,8	87.468,3	50,7
Comércio varejista	135.427,4	200.479,5	48,0
Total	217.761,7	317.968,9	46,0

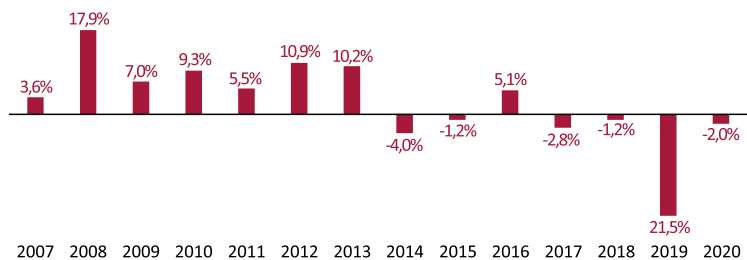
Fonte: IBGE-Sidra-PAC 2022 (2024). Elaboração própria.

Nota: Valores atualizados pelo índice de correção IGP-DI 2022.

Esse crescimento nos gastos salariais e outras remunerações ocorreu, principalmente, no período de 2008 a 2014, observando-se resultado negativo, em 2015 e 2016, com recuperação em 2017, mas voltando a tendência de queda nos anos subsequentes, inclusive em 2021, quando o setor apresentou recuperação em outros parâmetros analisados anteriormente. Em 2022, os gastos com salários e remunerações voltaram a crescer, a média dos nove anos em que houve crescimento foi de 7,2% e a média dos seis anos quando houve redução foi de 5,5% (Gráfico 7).

Em 2022, a remuneração média foi de 2,0 salários-mínimos (s.m.). O comércio por atacado registrou a maior média salarial de 2,9 s.m., seguido do comércio de veículos e autopeças com 2,3 s.m. e pelo comércio varejista com 1,7 s.m. (IBGE, 2024).

Gráfico 7 – Evolução dos gastos com salários e remunerações no setor comércio, por ano, no Brasil (2007–2022)



Fonte: IBGE-Sidra-PAC 2022 (2024). Elaboração própria.

4 CARACTERÍSTICAS DO SETOR COMÉRCIO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE

Para obter informações sobre as empresas do setor comércio, localizadas nos 2.074 municípios da área de atuação da Sudene, foram utilizadas as bases de dados da Relação Anual de Informações (RAIS) referentes ao período de 2007 a 2021, e, as informações sobre o desempenho das ocupações no setor, no período 2007 a 2022, foram coletadas da Pesquisa Anual do Comércio (PAC).

Os dados da RAIS (MTE, 2023) demonstraram que, na área de atuação da Sudene, de 2007 a 2021, foram implantadas 83.993 novas empresas comerciais, correspondendo a 31,7% do total de novas empresas no Brasil. Em 2021, estavam ativas 300.749, representando 20,9% do total de estabelecimentos do setor comercial do País (Tabela 9).

Tabela 9 – Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio na área de atuação da Sudene e no Brasil (2007 a 2021)

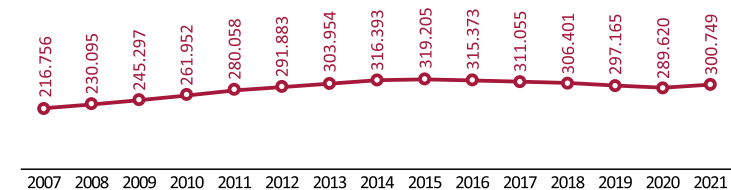
Localização das empresas comerciais	2007	2021	Crescimento
Brasil	1.171.094	1.436.240	265.146
Municípios da área de atuação da Sudene	216.756	300.749	83.993
Participação sobre o total	18,5%	20,9%	31,7%

Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

Na área de atuação da Sudene, de 2007 a 2015, observou-se uma tendência de crescimento da quantidade total de empresas comerciais alcançando 319.205, seguindo-se de um período de redução, de 2016 até 2020, quando se observou um total de 289.620, a menor quantidade de empresas comerciais

no período em estudo. Em 2021, iniciou uma tendência de recuperação com o incremento de 11.129 estabelecimentos em comparação com o ano anterior (Gráfico 8).

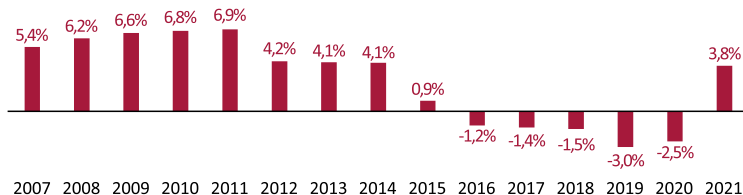
Gráfico 8 – Quantidade de empresas no setor comércio, por ano, na área de atuação da Sudene (2007 a 2021)



Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

De 2007 a 2011, o índice médio de crescimento da quantidade de empresas comerciais foi 6,4%, alcançando o melhor desempenho com 6,9% em 2011. Houve redução dessa média de 2012 a 2014, ficando o índice médio em torno de 4,1%, e, em 2015, o índice de crescimento foi de, aproximadamente, 1%. A tendência de redução do setor comércio agravou-se no período de 2016 a 2020, quando ocorreram resultados negativos, com índice médio de 1,7%, mas chegando a menos 3%, em 2019, o ano de maior redução. Em 2021, houve a retomada da expansão dos estabelecimentos comerciais, alcançando um crescimento de 3,8% (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por ano, na área de atuação da Sudene (2007 a 2021)



Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

No período de 2007 a 2021, o crescimento da quantidade de empresas do setor comércio por Grupo de Divisão da CNAE 2.0 foi de 60,3% para o comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, 50,7% para o comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas, e 35,3% para o comércio varejista. Somente a atividade de comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos apresentou redução na quantidade de empreendimentos, nesse período, com menos 2,0%. As demais atividades apresentaram crescimento, destacando-se aquelas que cresceram mais de 100 por cento, como: comércio atacadista de produtos de tecnologia da informação (TI) e comunicação, 248,8%; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, 151,4%; comércio manutenção e reparação de veículos automotores, 129,5%; comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e de construção, 105,4% (Tabela 10).

Tabela 10 – Percentual de crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por Grupo de Atividades da CNAE 2.0, na área de atuação da Sudene (2007 a 2021)

Divisão e Grupo de Atividades CNAE 2.0 do Setor Comércio	Quantidade de Empresas			Crescimento (%)
	2007 (a)	2021 (b)	(b-a)	
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTO	19.649	31.490	11.841	60,3
Peças e acessórios	10.885	14.988	4.103	37,7
Veículos automotores	2.692	3.289	597	22,2
Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios	2.420	4.832	2.412	99,7
Manutenção e reparação de veículos automotores	3.652	8.381	4.729	129,5
COMÉRCIO ATACADISTA	16.395	24.710	8.315	50,7
Equipamentos e produtos de TI e comunicação	125	436	311	248,8
Madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e de construção	1.007	2.068	1.061	105,4

Divisão e Grupo de Atividades CNAE 2.0 do Setor Comércio	Quantidade de Empresas			Crescimento (%)
	2007 (a)	2021 (b)	(b-a)	
Máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto TI e comunicação	514	1.292	778	151,4
Matérias-primas agrícolas e animais vivos	704	1.061	357	50,7
Produtos de consumo não alimentar	3.826	6.350	2.524	66,0
Especializado em outros produtos	1.979	2.767	788	39,8
Especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	4.784	5.686	902	18,9
Não especializado	990	1.378	388	39,2
Representantes e agentes do Comércio	2.466	3.672	1.206	48,9
COMÉRCIO VAREJISTA	180.712	244.549	63.837	35,3
Artigos culturais, recreativos e esportivos	7.884	7.725	-159	-2,0
Combustíveis para veículos automotores	6.855	11.275	4.420	64,5
Equipamentos de informática e comunicação	29.767	33.808	4.041	13,6
Material de construção	21.123	29.233	8.110	38,4
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	17.430	26.585	9.155	52,5
Prod. farmac., perfumaria, cosméticos, art. médicos, ópticos e ortopédicos	22.312	38.599	16.287	73,0
Produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	45.854	58.492	12.638	27,6
Não especializado	29.487	38.832	9.345	31,7
Total	216.756	300.749	83.993	38,8

Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

Na distribuição das empresas por estado, na área de atuação da Sudene, observou-se que os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, em 2007, tiveram uma participação de 57,6%, e, em 2021, concentraram a maior quantidade de empresas, mas com redução de 2,8 pontos percentuais, totalizando 54,8%, principalmente pela redução da participação do Estado da Bahia. Destacaram-se os percentuais de crescimento do Piauí, 85,0%; Maranhão, 66,7%; e Paraíba, 55,8%. Esses estados ti-

nam uma participação de 16,5%, em 2007, e, em 2021, alcançaram juntos a marca de 20,0% do total de empresas comerciais na área de atuação da Sudene (Tabela 11).

Tabela 11 – Percentual de crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por estado, na área de atuação da Sudene (2007 a 2021)

Área de atuação da Sudene	2007		2021		Crescimento	
	Empresas (a)	Participação (%)	Empresas (b)	Participação (%)	Empresas (b-a)	Percentual (%)
Alagoas	10.111	4,7	14.066	4,7	3.955	39,1
Bahia	60.988	28,1	79.541	26,4	18.553	30,4
Ceará	29.471	13,6	39.526	13,1	10.055	34,1
Maranhão	14.221	6,6	23.704	7,9	9.483	66,7
Parte de Minas Gerais ⁽¹⁾	17.771	8,2	22.999	7,6	5.228	29,4
Parte do Espírito Santo ⁽¹⁾	6.480	3,0	8.180	2,7	1.700	26,2
Paraíba	12.377	5,7	19.287	6,4	6.910	55,8
Pernambuco	34.424	15,9	45.881	15,3	11.457	33,3
Piauí	9.201	4,2	17.021	5,7	7.820	85,0
Rio Grande do Norte	13.983	6,5	19.527	6,5	5.544	39,6
Sergipe	7.729	3,6	11.017	3,7	3.288	42,5
Total	216.756	100,0	300.749	100,0	83.993	38,8

Fonte: MTE-RAIS (2023). Elaboração própria.

Nota: (1) A área de atuação da Sudene foi definida pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, e suas alterações. O território é composto pelos municípios localizados nos nove estados da Região Nordeste do Brasil, além de 249 municípios do Estado de Minas Gerais, abrangendo as mesorregiões do Vale do Jequitinhonha, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste, Norte, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, e 31 municípios do Estado do Espírito Santo, abrangendo as mesorregiões Central, Noroeste e Litoral Norte. Os 2.074 municípios que compõem a área de atuação da Sudene estão listados na Lei Complementar nº 185, de 06 de outubro de 2021.

Quanto à distribuição das empresas pelo total de empregados informados pela RAIS, observou-se que a quantidade de empresas sem empregados cresceu 13,0% em 2021 em rela-

ção a 2007, mas o percentual de participação desse segmento sobre o total das empresas comerciais, na área de atuação da Sudene, reduziu de 10,6%, em 2007, para 8,6%, em 2022. A quantidade de empresas com até 4 empregados cresceu 38,1%, perdendo 0,3% no percentual sobre o total, em 2022. Os demais portes de empresas com mais de 4 empregados cresceram 49,4%, 51,2% e 88,0%, e aumentaram a participação percentual sobre o total de empresas da área de atuação da Sudene, em 2022 em comparação a 2007 (Tabela 12).

Tabela 12 - Crescimento da quantidade de empresas no setor comércio, por faixa do quadro de empregados, na área de atuação da Sudene (2007 a 2021)

Total de empregados das empresas comerciais	2007		2021		Crescimento	
	Empresas (a)	Percentual sobre total (%)	Empresas (b)	Percentual sobre total (%)	(b-a)	(%)
Sem empregados	22.998	10,6	25.995	8,6	2.997	13,0
De 1 a 4	134.071	61,9	185.126	61,6	51.055	38,1
De 5 a 19	50.538	23,3	75.486	25,1	24.948	49,4
De 20 a 99	8.302	3,8	12.550	4,2	4.248	51,2
De 100 ou mais	847	0,4	1.592	0,5	745	88,0
Total	216.756	100,0	300.749	100,0	83.993	38,8

Fonte: MTE-RAIS 2021 (2024). Elaboração própria.

Cabe destacar que, em 2021, no Brasil, contavam-se 1.785 empresas comerciais com 250 ou mais empregados, das quais 18,9% se encontravam na área de atuação da Sudene. Essas empresas somavam 177, em 2007, passando a 338, em 2021, correspondendo a um crescimento de 91,0%. O Maranhão foi o estado que apresentou a maior quantidade desse segmento de empresas comerciais seguindo-se Pernambuco e o Ceará (Tabela 13).

Tabela 13 – Distribuição das empresas comerciais com 250 ou mais empregados, por estado, na área de atuação da Sudene (2007-2021)

Área de atuação da Sudene	Empresas com 250 ou mais empregados		Crescimento	
	2007 (a)	2021 (b)	(b-a)	(%)
Alagoas	10	19	9	90,0
Bahia	44	61	17	38,6
Ceará	17	43	26	152,9
Maranhão	20	50	30	150,0
Parte de Minas Gerais	3	8	5	166,7
Parte do Espírito Santo	3	6	3	100,0
Paraíba	8	22	14	175,0
Pernambuco	42	70	28	66,7
Piauí	9	22	13	144,4
Rio Grande do Norte	14	29	15	107,1
Sergipe	7	8	1	14,3
Total	177	338	161	91,0

Fonte: RAIS 2021 (2023). Elaboração própria.

Nota: (1) A área de atuação da Sudene foi definida pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, e suas alterações. O território é composto pelos municípios localizados nos nove estados da Região Nordeste do Brasil, além de 249 municípios do Estado de Minas Gerais, abrangendo as mesorregiões do Vale do Jequitinhonha, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste, Norte, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, e 31 municípios do Estado do Espírito Santo, abrangendo as mesorregiões Central, Noroeste e Litoral Norte. Os 2.074 municípios que compõem a área de atuação da Sudene estão listados na Lei Complementar nº 185, de 06 de outubro de 2021.

Segundo a Pesquisa Anual do Comércio (PAC), o total das pessoas ocupadas no setor do comércio, na Região Nordeste, em 2022, era de 1.815.574, correspondendo a 17,6% do total nacional (IBGE, 2024a). Em 2007, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará detinham 63,8% das ocupações do setor comércio da Região, passando para 59,9% em 2022. Os estados do Maranhão, Paraíba e Piauí aumentaram de 19,9% para 23,4%. Em valores absolutos, Pernambuco foi o estado que criou mais ocupações, 112.193, seguindo-se dos estados do Ceará, Bahia e Maranhão, todos com mais de 50.000 ocupações adicionais, no período 2007 a 2022 (Tabela 14).

Tabela 14 – Pessoal ocupado nas empresas do setor comércio, por estado, na Região Nordeste (2007-2022)

Estados da Região Nordeste	2007		2021		Crescimento	
	Pessoal ocupado (a)	Percentual sobre total (%)	Pessoal ocupado (b)	Percentual sobre total (%)	(b-a)	(%)
Alagoas	67.505	5,2	98.719	5,4	31.214	46,2
Bahia	396.716	30,7	472.017	26,0	75.301	19,0
Ceará	206.319	16,0	282.193	15,5	75.874	36,8
Maranhão	104.558	8,1	191.649	10,6	87.091	83,3
Paraíba	83.709	6,5	130.182	7,2	46.473	55,5
Pernambuco	221.030	17,1	333.223	18,4	112.193	50,8
Piauí	68.429	5,3	101.106	5,6	32.677	47,8
Rio G. do Norte	92.113	7,1	131.524	7,2	39.411	42,8
Sergipe	51.823	4,0	74.961	4,1	23.138	44,6
Total Região	1.292.202	100,0	1.815.574	100,0	523.372	40,5
Total Brasil	7.571.302	17,1	10.342.265	17,6	2.770.963	17,6

Fonte: IBGE-Sidra-PAC 2022 (2024). Elaboração própria.

5 ANÁLISE DO DESEMPENHO DO CRÉDITO PARA PESSOA JURÍDICA EM 2022

O Banco Central do Brasil (BC) elabora, anualmente, o Relatório de Economia Bancária (REB), sobre o desempenho do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em 2022, esse Relatório indicou um crescimento de 1,2%, na participação do crédito no PIB do Brasil, alcançando 53,8%, e o saldo total da carteira de crédito passou de R\$ 4,0 trilhões, em 2020, para R\$ 5,3 trilhões, em 2022, representando, aproximadamente, um crescimento de 32,7% (BC, 2023).

Esse desempenho favorável ocorreu apesar das condições restritivas à aprovação do crédito pelas instituições financeiras, em consequência das taxas de juros crescentes, do nível de inadimplência e da redução da capacidade de pagamento das micro, pequenas e médias empresas (MPME) e do comprometimento da renda das famílias (BC, 2023).

O saldo das operações de crédito com pessoas físicas era de R\$ 2,2 trilhões, em 2020, e alcançou R\$ 3,2 trilhões, em 2022, representando um crescimento de 42,3%. A participação desse segmento no saldo total saltou de 55,7%, em 2020, para 60,0%, em 2022 (BC, 2023).

O saldo das operações de crédito com pessoas jurídicas era de R\$ 1,8 trilhão, em 2020, e alcançou R\$ 2,1 trilhões, em 2022, representando um crescimento de 20,5%. A participação desse segmento no saldo total que era de 44,3%, em 2020, diminuiu para 39,8%, em 2022. Uma característica desse segmento é que as operações com prazo de até 12 meses compuseram 19,5% do saldo total, enquanto, as operações com prazo superior a 12 meses, 80,5% (BC, 2023).

Tabela 15 – Evolução do saldo das operações, por segmento, no Brasil (2020-2022)

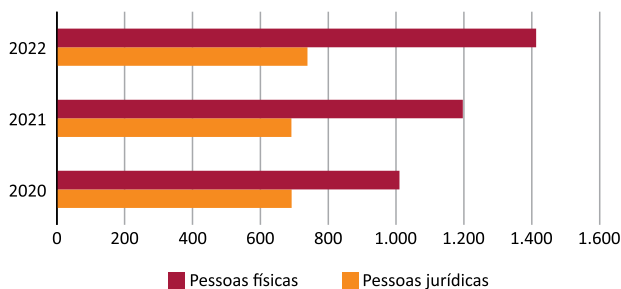
Modalidade do crédito por segmento	Saldo das operações				Variação no período (%)
	2020 (R\$ bilhões)	Percentual sobre total (%)	2022 (R\$ bilhões)	Percentual sobre total (%)	
Pessoas jurídicas	1.780,2	44,3	2.145,7	39,8	20,5
Pessoas físicas	2.241,0	55,7	3.189,7	60,2	42,3
Total	4.021,2	100,0	5.335,4	100,0	32,7

Fonte: BC - Relatório de Economia Bancária 2022 (2023). Elaboração própria.

O crédito com recursos direcionados se refere às operações de crédito regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários. Geralmente, possui destinação específica para a produção, aos investimentos de médio ou longo prazos, aos setores imobiliário, rural ou de infraestrutura. As fontes de recursos são oriundas de parcelas das captações de depósitos à vista e de caderneta de poupança, além de fundos e programas públicos (BC, [2017]).

O saldo das operações com recursos direcionados foi de R\$ 1,7 trilhão, em 2020, alcançando R\$ 2,2 trilhões, em 2022, representando um crescimento de 26,4%. No segmento de pessoas físicas, o saldo desse tipo de crédito foi de R\$ 1,0 trilhão, em 2020, e alcançou R\$ 1,4 trilhão, em 2022, atingindo um crescimento de, aproximadamente, 40,0%. Tais operações foram provenientes, principalmente, do crédito habitacional. O saldo dos recursos direcionados para o segmento de pessoas jurídicas foi proveniente, principalmente, do crédito para investimentos, e passou de R\$ 691,9 bilhões, em 2020, para R\$ 738,8 bilhões, em 2022, representando um crescimento de, aproximadamente, 7,0% (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Evolução do saldo do crédito direcionado, por segmento, no Brasil (2002-2022)

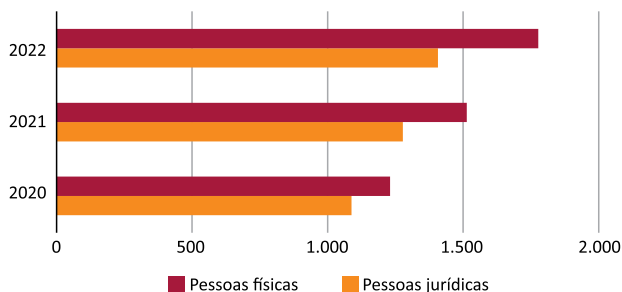


Fonte: BC (2023). Elaboração própria.

O crédito com recursos livres se refere aos contratos de financiamentos e empréstimos com taxas de juros livremente pactuadas entre o mutuário e a instituição financeira, que tem autonomia sobre a destinação dos recursos captados em mercado (BC, [2017]).

O saldo das operações com recursos livres foi de R\$ 2,3 trilhões, em 2020, alcançando R\$ 3,2 trilhões, em 2022, representando um crescimento de 26,4%. No segmento de pessoas físicas, o saldo desse tipo de crédito foi de R\$ 1,2 trilhão, em 2020, e chegou a R\$ 1,8 trilhão, em 2022, alcançando um crescimento de, aproximadamente, 44,4%. Tais operações foram provenientes, principalmente, do crédito pessoal, via cartões de crédito. O saldo dos recursos direcionados para o segmento de pessoas jurídicas foi proveniente do crédito para capital de giro, e passou de R\$ 1,1 trilhão, em 2020, para R\$ 1,4 trilhão, em 2022, representando um crescimento de, aproximadamente, 29,3% (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Evolução do saldo do crédito de recursos livres, por segmento, no Brasil (2002-2022)



Fonte: BC (2023). Elaboração própria.

Para analisar o desempenho do saldo das operações de crédito das pessoas jurídicas, o Relatório utilizou como variáveis: tempo de fundação, setor econômico e porte.

Destacando-se a variável tempo de fundação, observou-se que, em 2022, cerca de 77,8% do saldo das operações de crédito para pessoa jurídica, foi contratado por empresas com dez ou mais anos de fundação, e, 1,6% por empresas iniciantes com até um ano de fundação. Nos anos 2020 e 2021, as empresas com menos de quatro anos tiveram os maiores percentuais de variação, em decorrência das políticas públicas de apoio aos pequenos negócios durante a pandemia de Covid-19 (Tabela 16).

Tabela 16 – Saldo do crédito para pessoa jurídica, por tempo de fundação, no Brasil (2020-2022)

Tempo de fundação	Saldo das operações (R\$ bilhões)			Variação (%)		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Até um ano	24,0	30,0	34,0	38,3	25,9	14,0
Dois a três anos	65,0	86,0	100,0	58,8	32,7	16,0
Quatro a cinco anos	75,0	90,0	117,0	3,6	19,5	30,1
Seis ou sete anos	96,0	99,0	107,0	19,2	3,9	8,0

Tempo de fundação	Saldo das operações (R\$ bilhões)			Variação (%)		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Oito ou nove anos	93,0	110,0	116,0	-17,3	17,4	6,2
Dez ou mais anos	1.427,0	1.553,0	1.670,0	25,7	8,8	7,6
Total	1.780,0	1.969,0	2.146,0	22,0	10,6	9,0

Fonte: BC - Relatório de Economia Bancária 2022 (2023).

O saldo das operações de crédito de pessoa jurídica por setor da economia, em 2022, apresentou crescimento em todos os segmentos, destacando-se o setor de indústrias extrativas, com 30,8%, e o de construção, com 23,3%. O setor do comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas cresceu 12,6%, em 2022, resultado inferior aos anos anteriores onde o saldo das operações de crédito cresceu 29,0%, em 2020, e 20,7%, em 2021 (Tabela 17).

Tabela 17 – Saldo do crédito para pessoa jurídica, por setor da CNAE 2.0, no Brasil (2020-2022)

Descrição da Seção da CNAE 2.0	Saldo das operações (bilhões)			Variação (%)		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	32,0	39,0	45,0	25,0	19,9	16,7
Indústrias extrativas	17,0	15,0	19,0	8,0	-10,1	30,8
Indústrias de transformação	434,0	454,0	475,0	21,5	4,7	4,6
Eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos	209,0	218,0	235,0	14,5	4,3	7,8
Construção	77,0	85,0	104,0	15,9	9,7	23,3
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	412,0	497,0	559,0	29,0	20,7	12,6
Transporte, armazenamento e correio	170,0	184,0	207,0	22,1	8,0	12,9
Administração pública, defesa e seguridade social	163,0	165,0	167,0	15,6	1,4	1,3

Descrição da Seção da CNAE 2.0	Saldo das operações (bilhões)			Variação (%)		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Outros serviços	266,0	306,0	325,0	32,1	15,1	6,3
Pessoas jurídicas com sede no exterior ou não classificadas	2,0	7,0	8,0	*	*	*
Total	1.780	1.969,0	2.146,0	22,0	10,6	9,0

Fonte: BC - Relatório de Economia Bancária 2022 (2023).

Nota: Valores referentes a dezembro de cada ano. (*) dados não informados no Relatório.

Analisando o saldo das operações de crédito pessoa jurídica por porte da empresa, em 2022, observou-se que ocorreu expansão em todos os portes. As micro, pequenas e médias empresas (MPME) alcançaram os maiores percentuais de variação, em comparação aos 5,3% das empresas do grande porte, que participavam com 59,9% do saldo total, em 2020, passando para 55,3%, em 2022 (Tabela 18).

Tabela 18 – Expansão do crédito para pessoa jurídica, por porte, no Brasil (2020-2022)

Porte	Saldo das operações (R\$ bilhões)					Variação (%)			
	2020	Per- centual sobre total (%)	2021	Per- centual sobre total (%)	2022	Per- centual sobre total (%)	2020	2021	2022
Grande	1.066,5	59,9	1.125,7	57,2	1.185,5	55,3	16,9	5,6	5,3
Médio	409,7	23,0	471,0	23,9	529,8	24,7	21,7	15,0	12,5
Pequeno	139,9	7,9	159,9	8,1	183,8	8,6	43,3	14,2	15,0
Micro	164,1	9,2	211,9	10,8	246,7	11,5	44,2	29,2	16,4
Total	1.780,3	100,0	1.968,5	100,0	2.145,7	100,0	21,9	10,6	9,0

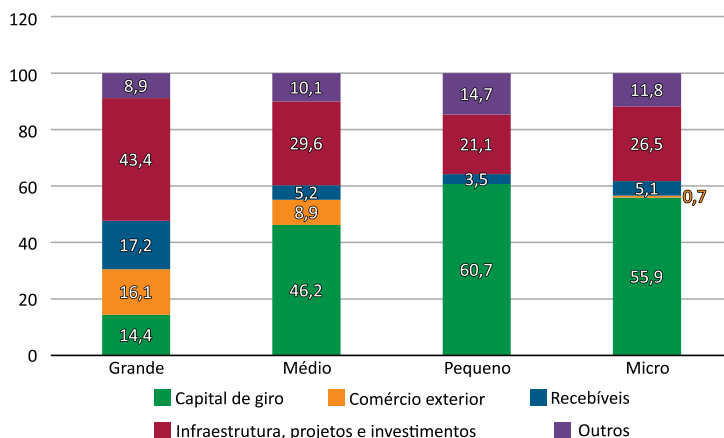
Fonte: BC - Relatório de Economia Bancária 2022 (2023). Elaboração própria.

Nota: Os portes das empresas são informados ao BC por meio do Sistema de Crédito do Banco Central (SCR), pelas IFs, e devem seguir o critério, estabelecido pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Em 2022, a análise sobre as modalidades de crédito para pessoas jurídicas constatou que, na formação da carteira de

crédito por porte das empresas, as de grande porte participaram, predominantemente, com operações oriundas de recursos direcionados para investimentos, enquanto, nas MPMEs, predominaram os créditos com recursos livres, principalmente, para capital de giro. No segmento de MPEs, as modalidades de capital de giro e de antecipação de recebíveis representaram mais de 60,0% da carteira de crédito, e, nas empresas de médio porte, tais modalidades representaram 51,4% (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Participação das modalidades de crédito para pessoas jurídicas, por porte, no Brasil (2022)



Fonte: BC - Relatório de Economia Bancária 2022 (2023).

6 FINANCIAMENTOS COM RECURSOS DO FNE PARA O SETOR COMÉRCIO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado pelo artigo 159 da Constituição Federal, promulgada em 1988, e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989. Tal documento definiu o FNE como um fundo estável de recursos financeiros para disponibilizar apoio creditício aos empreendimentos produtivos localizados nos estados da Região Nordeste e em partes de Minas Gerais e do Espírito Santo, conforme delimitação da área de atuação da Sudene, definida pela Lei Complementar nº 125/2007 e suas alterações (BRASIL, 1989).

O Banco do Nordeste, instituição financeira de desenvolvimento regional que administra o FNE, instituiu, em 2002, o Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (FNE Comércio e Serviços). Tal decisão foi tomada em cumprimento ao artigo 9º, da Lei nº 10.177/2001, que autorizou a aplicação de recursos dos Fundos Constitucionais aos setores do comércio e de serviços, até o limite de 10% do orçamento anual. Esse limite foi alterado para 20% pela Lei nº 11.775/2008. Essa limitação orçamentária foi excluída por força da Lei nº 12.716/2012, que, em seu artigo 4º, definiu como beneficiários do FNE os “produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção, que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com as prioridades estabelecidas nos respectivos planos regionais de desenvolvimento” (BRASIL, 2012).

O Programa FNE Comércio e Serviços têm como finalidade o financiamento para implantação, modernização, reforma, relocalização, ampliação, ou aquisição de máquinas, equipamen-

tos e veículos nos empreendimentos dos setores do comércio e de serviços. Tais financiamentos envolvem: investimentos fixos; capital de giro associado; formação de estoques; aquisição de insumos; aquisição de mercadorias para exportação; ou ressarcimento ou reembolso, de gastos gerais relativos ao funcionamento do empreendimento (BNB, 2023).

Outras modalidades de programas, denominados de transversais, por atenderem a demandas específicas dos vários setores da economia, também vieram complementar o apoio creditício ao setor do comércio. No período 2002 a 2023, foram implementados programas do FNE específicos para as micro e pequenas empresas (FNE MPE); para os empreendedores individuais (FNE EI); para os empreendimentos organizados no formato de franquias (FNE Franquias); para os financiamentos voltados a melhoria da gestão ambiental (FNE Verde); e para a implementação de inovações nas empresas (FNE Inovação) dentre outros (BNB, 2023).

O orçamento para aplicação do FNE e o detalhamento dos programas de financiamento encontram-se definidos e sistematizados na Programação do FNE. Tal documento é elaborado anualmente sob a coordenação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a parceria do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), das Secretarias de Governos Estaduais, e dos segmentos produtivos e das entidades da sociedade civil organizada. Após a sua conclusão o documento é submetido para análise e aprovação do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), órgão formado por representantes de todos os estados da área de atuação da Sudene, e, posteriormente, encaminhado ao MIDR (BNB, 2023).

Conforme os planos de aplicação do FNE, constantes nesses documentos, no período de 2002 a 2023, foram orçados R\$ 329,3 bilhões e contratados R\$ 322,6 bilhões, correspondendo

a 98% do orçamento. De tais recursos, foram orçados R\$ 67,7 bilhões para os setores do comércio e serviços, em conjunto. As contratações para esses setores somaram R\$ 77,1 bilhões, superando o orçamento em 13,9%. Desse total de contratações, 54,1% foram direcionados somente para o setor do comércio, correspondendo a R\$ 41,7 bilhões. Tal desempenho representou, aproximadamente, 12,7% do total dos recursos orçados para o FNE (Tabela 19).

Tabela 19 – Orçamento do FNE e as contratações no setor comércio, por ano, na área de atuação da Sudene (2002-2023)

Ano	FNE		FNE PARA OS SETORES COMÉRCIO E SERVIÇOS		FNE PARA O SETOR COMÉRCIO	
	Orçamento (R\$ milhões)	Orçamento (R\$ milhões)	Valor contratado (R\$ milhões)	Valor contratado sobre o orçamento (%)	Valor contratado (R\$ milhões)	Valor contratado sobre o orçamento do FNE (%)
	(a)	(b)	(c)	(c)/(b)	(e)	(e)/(a)
2002	1.970,3	197,0	23,9	12,1	13,5	0,7
2003	3.265,0	326,5	95,6	29,3	59,7	1,8
2004	4.506,6	315,5	559,7	177,4	91,9	2,0
2005	4.955,2	571,9	401,5	70,2	189,7	3,8
2006	3.932,1	393,2	686,0	174,5	501,2	12,7
2007	5.384,7	538,5	895,1	166,3	617,9	11,5
2008	6.339,1	617,0	1.579,5	256,0	1.074,1	16,9
2009	7.500,0	1.332,0	2.111,7	158,5	1.373,1	18,3
2010	9.000,0	1.800,0	1.990,470	110,6	1.068,9	11,9
2011	9.900,0	1.980,0	2.477,171	125,1	1.169,8	11,8
2012	11.150,0	2.654,0	2.667,271	100,5	1.080,1	9,7
2013	11.500,0	3.450,0	4.196,2	121,6	1.930,6	16,8
2014	13.100,0	3.930,0	4.310,2	109,7	1.901,4	14,5
2015	12.900,0	3.870,0	3.821,3	98,7	2.105,2	16,3

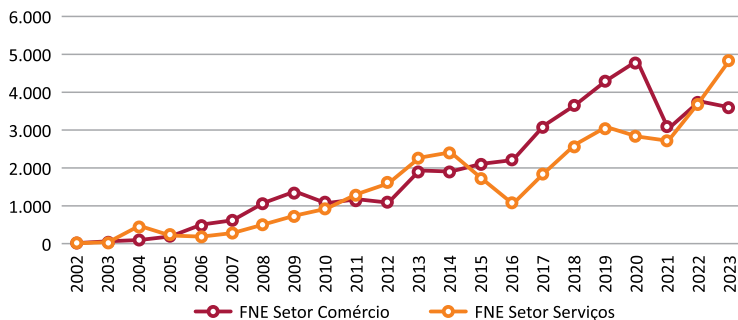
Ano	FNE	FNE PARA OS SETORES COMÉRCIO E SERVIÇOS			FNE PARA O SETOR COMÉRCIO	
	Orçamento (R\$ milhões)	Orçamento (R\$ milhões)	Valor contratado (R\$ milhões)	Valor contratado sobre o orçamento (%)	Valor contratado (R\$ milhões)	Valor contratado sobre o orçamento do FNE (%)
	(a)	(b)	(c)	(c)/(b)	(e)	(e)/(a)
2016	18.500,0	4.110,0	3.249,9	79,1	2.203,8	11,9
2017	27.700,0	4.365,0	4.976,3	114,0	3.116,4	11,3
2018	30.000,0	4.400,0	6.273,3	142,6	3.660,9	12,2
2019	27.700,0	4.693,0	7.386,7	157,4	4.305,5	15,5
2020	25.300,0	7.785,0	7.654,1	98,3	4.826,1	19,1
2021	24.100,0	5.961,7	5.745,8	96,4	3.031,9	12,6
2022	31.645,0	7.411,0	7.500,0	101,2	3.756,5	11,9
2023	38.850,0	6.966,1	8.468,4	121,6	3.590,1	9,2
Total	329.198,0	67.667,3	77.070,0	113,9	41.668,1	12,7

Fonte: BNB-Programação do FNE (2002 a 2023); BNB-Relatórios do FNE (2002 a 2023); BNB-Base de dados (2023).

Notas: as informações orçamentárias foram pesquisadas nos documentos das programações anuais no período 2002 a 2023; os valores contratados do FNE foram pesquisados no site do BNB; os valores contratados dos setores comércio e serviços foram pesquisados nos Relatórios do FNE no período 2002 a 2023 e na base de dados do ativo do BNB.

As contratações do FNE para o setor do comércio evoluíram de R\$ 13,5 milhões, em 2002, para R\$ 4,8 bilhões, em 2020, quando houve o maior volume de contratações do FNE para o setor. De 2017 a 2020, ocorreu um crescimento de 54,8% no total de contratações. Em 2023, o setor comércio contratou R\$ 3,6 bilhões e o setor de serviços alcançou R\$ 4,9 bilhões, tendo sido o ano de maior expansão do volume de contratações desse setor (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Contratações do FNE no setor do comércio e no setor de serviços, por ano, na área de atuação da Sudene (2002-2023)



Fonte: BNB – Relatório (2002-2023); BNB-ETENE-Base de dados (2024).

No período de 2002 a 2023, foram atendidos estabelecimentos comerciais de 1.966 municípios, dos 2.074 da área de atuação da Sudene, correspondendo a 95% de cobertura do FNE.

Os estados do Ceará, Bahia e Pernambuco contrataram 50,0% das operações e 50,1% dos valores contratados. Tal desempenho refletiu os resultados do PIB dos estados (IBGE, [2024c]), à exceção das partes de Minas Gerais e Espírito Santo que fazem parte da área de atuação da Sudene (Tabela 20).

Tabela 20 – Valores contratados no setor comércio em ordem decrescente da quantidade de operações, por estado, na área de atuação da Sudene (2002-2023)

Região	Operações		Valor Contratado		
	Quantidade	Percentual sobre total (%)	Valor (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI (dez 2023)	
				Valor (R\$ milhões)	Percentual sobre total (%)
CE	60.759	18,4	7.302,2	11.816,3	17,3
BA	59.523	18,0	8.653,9	14.115,7	20,6

Região	Operações		Valor Contratado		
	Quantidade	Percentual sobre total (%)	Valor (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI (dez 2023)	
				Valor (R\$ milhões)	Percentual sobre total (%)
PE	44.570	13,5	5.220,6	8.329,7	12,2
RN	32.602	9,8	3.687,0	6.050,6	8,8
MA	31.458	9,5	4.567,2	7.892,5	11,5
PB	26.178	7,9	2.881,4	4.651,7	6,8
PI	22.631	6,8	3.092,4	5.267,1	7,7
Parte de MG	20.005	6,0	1.769,4	2.886,5	4,2
SE	16.993	5,1	1.942,0	3.231,5	4,7
AL	12.030	3,6	1.842,1	3.109,7	4,5
Parte de ES	4.274	1,3	710,0	1.103,3	1,6
Total	331.023	100,0	41.668,1	68.454,6	100,0

Fonte: BNB-ETENE-Base de dados (2024).

Na área de atuação da Sudene, foram identificados, de acordo com o banco de dados da RAIS (2023), um total de 300.749 empreendimentos do setor comércio. Com recursos do FNE, foram contratadas 331.023 operações para o setor comércio, ou seja, o total de operações contratadas com recursos do FNE, seriam suficientes para atender a todos os empreendimentos ativos na sua área de abrangência (Tabela 21).

Tabela 21 – Operações do FNE e quantidade de empreendimentos, no setor comércio, em ordem decrescente da quantidade de operações, por estado, na área de atuação da Sudene (2002-2023)

Estado	Operações		Empreendimentos	
	Quantidade (a)	Percentual sobre total (%)	Quantidade (b)	(a)/(b)
CE	60.759	18,4	39.526	1,5
BA	59.523	18,0	79.541	0,7

Estado	Operações		Empreendimentos	
	Quantidade (a)	Percentual sobre total (%)	Quantidade (b)	(a)/(b)
PE	44.570	13,5	45.881	1,0
RN	32.602	9,8	19.527	1,7
MA	31.458	9,5	23.704	1,3
PB	26.178	7,9	19.287	1,4
PI	22.631	6,8	17.021	1,3
Parte de MG	20.005	6,0	22.999	0,9
SE	16.993	5,1	11.017	1,5
AL	12.030	3,6	14.066	0,9
Parte de ES	4.274	1,3	8.180	0,5
Total	331.023	100,0	300.749	1,1

Fonte: BNB-ETENE-Base de dados (2024); MTE-RAIS 2021 (2024).

As contratações do FNE para o setor do comércio foram classificadas de acordo com o porte dos clientes, tendo como base a receita operacional bruta ou a renda agropecuária bruta, definidas no sistema de cadastro do BNB. Os parâmetros para classificação foram os seguintes: micro, até R\$ 360,0 mil; pequeno, acima de R\$ 360,0 até R\$ 4,8 milhões; médio, acima de R\$ 4,8 milhões até R\$ 300,0 milhões; e grande, acima de R\$ 300,0 milhões, conforme documento da Programação do FNE 2023 (BNB, 2023).

Os empreendimentos comerciais de porte micro e pequeno, inclusive empreendedores individuais, contrataram 86,5% das operações e 47,5% dos recursos, com um tíquete médio de R\$ 113,6 mil, em valores corrigidos. Os de porte médio contrataram 12,6% das operações, 30,7% dos recursos, com um tíquete médio de R\$ 503,4 mil, em valores corrigidos. Os clientes de grande porte contrataram 0,9% das operações que corresponderam a 21,8% dos recursos, com uma média de R\$ 4,8 milhões por operação, em valores corrigidos (Tabela 22).

Tabela 22 – Contratações do FNE no setor comércio, por porte do cliente, na área de atuação da Sudene (2002-2023)

Porte	Operações		Valor Contratado			
	Quantidade	Percentual sobre o total (%)	Valor nominal (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI (dez 2023)		
				Valor (R\$ milhões)	Percentual sobre o total (%)	Média por operação (R\$ 1,00)
Micro	86.590	26,2	2.762	5.053,2	7,4	58.357,9
Pequeno	199.570	60,3	17.367	27.450,2	40,1	137.547,0
Médio	41.751	12,6	13.918	21.021,3	30,7	503.491,6
Grande	3.112	0,9	7.621	14.929,8	21,8	4.797.509,0
Total	331.023	100,0	41.668	68.454,6	100,0	206.797,1

Fonte: BNB-ETENE-Base de dados (2024).

Segundo a Lei nº 7.827/1989 (BRASIL, 1989), o FNE tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), que foi instituído pela Lei Complementar nº 125/2007 (BRASIL,2007).

O PRDNE tem como referência a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Integração Regional (MIDR), e que foi atualizada pelo Decreto nº 11.962/2024 (BRASIL, 2024).

Desse modo, na Programação do FNE 2023, constou orçamento específico, em conformidade com as orientações da PNDR e do PRDNE, priorizando projetos de financiamento localizados nas seguintes áreas: região do Semiárido; Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE); e nos municípios localizados nas sub-regiões de tipologias média ou baixa de qualquer dinamismo (BNB, 2023).

No Semiárido, foram realizadas 62,7% das operações do FNE no setor comércio, correspondendo a 50,9% dos valores contratados. O valor médio por operação foi de R\$ 167,9 mil (Tabela 23).

Tabela 23 – Contratações do FNE no setor comércio, na região do Semiárido, na área de atuação da Sudene (2002-2023)

Região	Operações		Valor Contratado			
	Quantidade	Percentual sobre o total (%)	Valor nominal (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI		
				Valor (R\$ milhões)	Percentual sobre o total (%)	Média por operação (R\$ 1,00)
Outras regiões	123.613	37,3	20.376,6	33.625,9	49,1	272.025,5
Semiárido	207.410	62,7	21.291,5	34.828,7	50,9	167.922,0
Total	331.023	100,0	41.668,1	68.454,6	100,0	206.797,1

Fonte: BNB-ETENE-Base de dados (2024).

No Semiárido, no setor comércio, 99,4% das operações e 86,7% dos valores contratados foram realizados em empreendimentos de portes micro, pequeno ou médio, e 13,6% nos de grande porte (Tabela 24).

Tabela 24 – Contratações do FNE no setor comércio no Semiárido, por porte, na área de atuação da Sudene (2002-2023)

Porte	Operações		Valor Contratado			
	Quantidade	Percentual sobre o total (%)	Valor nominal (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI		
				Valor (R\$ milhões)	Percentual sobre o total (%)	Média por operação (R\$ 1,00)
Micro	63.031	30,4	1.986,90	3.639,8	10,5	57.745,2
Pequeno	120.785	58,2	10.092,20	16.106,7	46,3	133.349,9
Médio	22.308	10,8	6.862,00	10.358,7	29,7	464.349,5
Grande	1.286	0,6	2.350,40	4.723,6	13,6	3.673.087,0
Total	207.410	100,0	21.291,50	34.828,7	100,0	167.922,0

Fonte: BNB-ETENE-Base de dados (2024).

No setor comércio, nos municípios de tipologia Média ou Baixa Rendas, foram contratadas 77,7% das operações e 62,5% dos recursos. No entanto, os municípios de tipologia Baixa Renda contrataram 13,5% das operações e 9,1% dos recursos, evidenciando maior concentração nos municípios de Média Renda, principalmente de médio e alto dinamismos (Tabela 25).

Tabela 25 – Contratações do FNE no setor comércio, por tipologia do PNDR, na área de atuação da Sudene (2002-2023)

Região	Operações		Valor Contratado			
	Quantidade	Percentual sobre o total (%)	Valor nominal (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI (dez 2023)		
				Valor (R\$ milhões)	Percentual sobre o total (%)	Média por operação (R\$ 1,00)
Alta Renda e Alto Dinamismo	6.006	1,8	1.582,5	2.804,8	4,1	466.992,7
Alta Renda e Baixo Dinamismo	10.538	3,2	3.102,8	5.360,3	7,8	508.662,0
Alta Renda e Médio Dinamismo	57.110	17,3	10.658,2	17.502,1	25,6	306.463,7
Média Renda e Alto Dinamismo	69.773	21,1	7.876,9	12.683,2	18,5	181.777,6
Média Renda e Baixo Dinamismo	29.279	8,8	3.417,2	5.524,4	8,1	188.683,0
Média Renda e Médio Dinamismo	113.570	34,3	11.164,9	18.380,2	26,9	161.840,8
Baixa Renda e Alto Dinamismo	12.051	3,6	984,5	1.550,3	2,3	128.645,1
Baixa Renda e Baixo Dinamismo	4.788	1,4	412,8	661,1	1,0	138.082,8
Baixa Renda e Médio Dinamismo	27.908	8,4	2.468,4	3.988,1	5,8	142.901,8
Total	331.023	100,0	41.668,1	68.454,6	100,0	206.797,1

Fonte: BNB-ETENE-Base de dados (2024).

Quanto às Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE), todos os municípios que integravam tais Regiões foram atendidos com pelo menos uma operação com recursos do FNE no setor comércio. Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, apenas o município de Arinos pertence à área de atuação da Sudene, conseqüentemente pode ser atendido com recursos do FNE. Todos esses municípios das RIDEs fazem parte da região do Semiárido (Tabela 26).

Tabela 26 – Contratações do FNE no setor comércio, por RIDE, na área de atuação da Sudene (2002-2023)

Região Integrada	Municípios	Operações Contratadas	Valores Contratados	
			Valor Nominal (R\$ mil)	Valor Corrigido (IGP-DI – dez 2023) (R\$ mil)
Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA	Casa Nova	263	32.565,1	55.728,2
	Curaçá	39	3.327,2	4.855,3
	Juazeiro	1.550	221.040,4	393.316,1
	Sobradinho	49	6.525,7	9.656,7
	Lagoa Grande	67	5.287,5	9.484,8
	Petrolina	3.210	396.466,0	635.561,7
	Santa Maria da Boa Vista	116	11.979,5	22.214,1
	Orocó	33	3.023,7	5.317,6
	Total – Polo Petrolina e Juazeiro	5.327	680.214,98	1.136.134,5

Região Integrada	Municípios	Operações Contratadas	Valores Contratados	
			Valor Nominal (R\$ mil)	Valor Corrigido (IGP-DI – dez 2023) (R\$ mil)
Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina	Timon	682	200.274,8	364.815,9
	Altos	89	23.051,3	31.221,5
	Beneditinos	28	2.954,9	4.375,4
	Coivaras	2	57,0	79,2
	Currallinhos	2	27,0	42,3
	Demerval Lobão	27	4.684,5	7.405,5
	José de Freitas	77	10.370,8	12.164,9
	Lagoa Alegre	18	1.448,8	1.842,6
	Lagoa do Piauí	7	2.987,2	4.184,7
	Monsenhor Gil	28	1.613,8	2.587,0
	Pau D'Arco do Piauí	5	132,0	219,4
	Teresina	5.619	1.521.854,5	2.722.164,0
	União	81	7.914,7	11.453,2
	Miguel Leão	5	1.615,5	2.314,8
	Nazária	6	286,4	500,6
	Total – Grande Teresina	6.676	1.779.273,1	3.165.371,0
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno	Arinos	202	14.297,3	23.652,8
Total		12.205	2.473.785,3	4.325.158,3

Fonte: BNB-ETENE-Base de dados (2024).

As Regiões Metropolitanas e as Aglomerações Urbanas são recortes instituídos por lei complementar estadual, de acordo com a determinação da Constituição Federal de 1988, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. A definição das Regiões Metropolitanas e das Aglomerações Urbanas é competência dos Estados, segundo o parágrafo 3º do Artigo 25 da Constituição Federal. Foram elencadas, pelo IBGE, 26 Regiões Metropolitanas, na área de atuação da Sudene (IBGE, 2022).

Tais regiões responderam por 47,7% dos valores contratados corrigidos no setor comércio em operações com recursos do FNE. Destacaram-se cinco regiões: Salvador, Fortaleza, Natal, Recife e São Luís, que juntas contrataram 60,2% dessas operações (Tabela 27).

Tabela 27 – Contratações do FNE no setor comércio, por Região Metropolitana, na área de atuação da Sude-ne (2002-2023)

Regiões Metropolitanas na área de atuação da Sude-ne	Operações		Valor Contratado			
	Quantidade	Per-centual sobre o total (%)	Valor nominal (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI (dez 2023)		
				Valor (R\$ milhões)	Per-centual sobre o total (%)	Média por operação (R\$ 1,00)
RM de Salvador	10.762	9,6	3.143,0	5.428,3	16,6	504.392,2
RM de Fortaleza	16.713	14,9	3.401,9	5.397,3	16,5	322.939,3
RM de Natal	11.539	10,3	1.874,1	3.077,6	9,4	266.715,1
RM de Recife	11.360	10,2	1.965,3	3.042,3	9,3	267.805,4
RM da Grande São Luís	6.930	6,2	1.552,9	2.749,1	8,4	396.689,7
RM de João Pessoa	6.646	5,9	1.035,2	1.654,0	5,1	248.876,3
RM de Aracaju	6.522	5,8	911,0	1.488,4	4,6	228.211,9
RM de Maceió	3.111	2,8	764,5	1.388,0	4,2	446.167,5
RM do Sudoeste Maranhense	3.813	3,4	697,5	1.259,2	3,9	330.241,7
RM do Cariri	5.095	4,6	699,5	1.213,3	3,7	238.136,8
RM de Feira de Santana	2.675	2,4	614,9	979,6	3,0	366.188,8
RM do Agreste	3.120	2,8	582,9	923,9	2,8	296.133,4
RM da Zona Leste do Maranhão	4.316	3,9	488,1	898,6	2,7	208.200,0
RM de Campina Grande	2.503	2,2	365,8	581,8	1,8	232.449,8
RM de Sobral	3.827	3,4	338,0	547,0	1,7	142.934,0
RM de Cajazeiras	1.889	1,7	195,9	350,6	1,1	185.608,9

Regiões Metropolitanas na área de atuação da Sudene	Operações		Valor Contratado			
	Quantidade	Per-centual sobre o total (%)	Valor nominal (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI (dez 2023)		
				Valor (R\$ milhões)	Per-centual sobre o total (%)	Média por operação (R\$ 1,00)
RM de Parnaíba	1.265	1,1	176,6	288,3	0,9	227.921,6
RM de Sousa	1.909	1,7	182,1	281,4	0,9	147.404,1
RM de Guarabira	2.304	2,1	172,6	280,8	0,9	121.856,1
RM de Patos	2.029	1,8	180,1	275,4	0,8	135.747,0
RM de Esperança	554	0,5	88,3	190,8	0,6	344.395,7
RM do Vale do Mamanguape	485	0,4	112,6	174,5	0,5	359.695,3
RM do Vale do Piancó	1.140	1,0	63,6	105,5	0,3	92.562,2
RM de Barra de Santa Rosa	585	0,5	35,2	50,8	0,2	86.915,8
RM de Itabaiana	424	0,4	30,5	48,5	0,1	114.342,4
RM de Araruna	333	0,3	18,5	29,0	0,1	87.236,0
Total	111.849	100,0	19.690,5	32.704,0	100,0	292.394,7

Fonte: BNB-ETENE-Base de dados (2024).

Ao analisar as contratações com recursos do FNE no setor comércio, usando como referência a classificação das atividades econômicas da CNAE (Tabela 28), foi possível estimar que:

- 8,6% das operações e 8,4% dos valores contratados foram realizados no Grupo Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, tendo como principal demandadora de crédito, a atividade do comércio de peças e acessórios para veículos automotores;
- 11,8% das operações e 21,5% dos valores contratados, foram realizados no Grupo Comércio Atacadista, com destaque para a atividade de comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo; e

- 79,6% das operações e 70,1% dos valores contratados no Grupo Comércio Varejista, onde se destacaram as atividades: comércio varejista não especializado; comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo; comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; comércio varejista de material de construção; e comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos e artigos médicos, óticos, ortopédicos;
- A atividade com maior quantidade de operações e volume de crédito foi o comércio varejista de produtos alimentícios bebidas e fumo, com 79.184 operações e mais de R\$ 15,4 bilhões em valores contratados.

Tabela 28 – Contratações do FNE no setor comércio, por grupo de atividades da CNAE 2.0, na área de atuação da Sudene (2002-2023)

Grupos de atividades econômicas da Seção G da CNAE	Operações		Valor Contratado			
	Quantidade	Percentual sobre o total (%)	Valor nominal (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI (dez 2023)		
				Valor (R\$ milhões)	Percentual sobre o total (%)	Média por operação (R\$ 1,00)
Comércio de veículos automotores	1.800	0,5	988,4	1.714,1	2,5	952.071,9
Manutenção e reparação de veículos automotores	2.448	0,7	323,1	505,3	0,7	206.447,8
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	6.019	4,8	1.490,1	2.372,1	3,5	148.079,1
Manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios	8.201	2,5	719,3	1.185,2	1,7	144.516,4
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	8.468	8,6	3.520,9	5.776,6	8,4	202.916,8

Grupos de atividades econômicas da Seção G da CNAE	Operações		Valor Contratado			
	Quantidade	Percentual sobre o total (%)	Valor nominal (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI (dez 2023)		
				Valor (R\$ milhões)	Percentual sobre o total (%)	Média por operação (R\$ 1,00)
Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motos	557	0,2	79,7	128,8	0,2	231.298,0
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos	6.354	1,9	1.125,4	1.786,3	2,6	281.108,6
Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	15.865	4,8	3.327,0	5.062,9	7,4	319.119,2
Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar	2.747	0,8	1.278,6	2.725,5	4,0	992.238,0
Comércio atacadista de equip. e produtos de TI e comunicação	244	0,1	58,9	80,7	0,1	330.297,4
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de TI e comunicação	2.395	0,7	468,8	725,8	1,1	303.035,2
Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e de construção	2.048	0,6	546,2	822,9	1,2	401.871,2
Comércio atacadista não especificados anteriormente	8.964	2,7	1.901,8	3.368,0	4,9	375.723,8
Comércio atacadista, exceto veículos automotores e motos	39.174	11,8	8.786,3	14.700,8	21,5	375.266,7

Grupos de atividades econômicas da Seção G da CNAE	Operações		Valor Contratado			
	Quantidade	Percentual sobre o total (%)	Valor nominal (R\$ milhões)	Valor corrigido IGP-DI (dez 2023)		
				Valor (R\$ milhões)	Percentual sobre o total (%)	Média por operação (R\$ 1,00)
Comércio varejista não especializado	76.284	23,0	6.691,1	11.445,7	16,7	150.041,1
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	79.184	23,9	9.194,5	15.432,4	22,5	194.893,3
Combustíveis para veículos automotores	22.971	6,9	4.565,2	7.068,1	10,3	307.690,5
Comércio varejista de material de construção	43.543	13,2	4.931,8	7.856,9	11,5	180.439,3
Equipamentos de informática e comunicação; e de equipamentos e artigos de uso doméstico	11.185	3,4	968,3	1.572,3	2,3	140.567,7
Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos	4.124	1,2	286,5	540,4	0,8	131.030,8
Produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos	26.089	7,9	2.723,4	4.061,3	5,9	155.672,1
Comércio varejista, exceto veículos automotores e motos	263.381	79,6	29.360,8	47.977,2	70,1	182.158,8
TOTAL	331.023	100,0	41.668,1	68.454,6	100,0	206.796,9

Fonte: BNB-ETENE-Base de dados (2024).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Economia Bancária 2022, sobre o desempenho do Sistema Financeiro Nacional (SFN), indicou um crescimento de 1,2%, na participação do crédito no PIB do Brasil, alcançando 53,8%. O saldo total da carteira de crédito passou de R\$ 4,0 trilhões, em 2020, para R\$ 5,3 trilhões, em 2022, representando um incremento de 32,7%. O crédito para pessoas jurídicas alcançou R\$ 2,1 trilhões, predominando as operações com prazo superior a 12 meses que representaram 80,5%. O saldo das operações de crédito no setor do comércio foi de R\$ 412,0 bilhões, em 2020, alcançando R\$ 559,0 bilhões, em 2022, um crescimento de 35,7%. No Brasil, o comércio foi o setor que mais contratou operações de crédito, respondendo por 29,1% do saldo total (BCB, 2023).

A importância do setor comércio para a economia é evidente, pois alavanca os setores primário e secundário, gerando emprego e renda. Segundo a Pesquisa Anual do Comércio 2022, foram estimadas mais de 10,3 milhões de pessoas ocupadas no setor, com um custo de R\$ 318,0 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações, e alcançando R\$ 6,7 trilhões em receita operacional líquida.

No Brasil, estavam ativas, em 2022, mais de 1,4 milhão de empresas comerciais, exceto os microempreendedores individuais. A Região Nordeste participou com 18,3% desse total e o grupo das atividades de comércio varejista, representou 74,5% dessas empresas. O total das pessoas ocupadas no setor do comércio, na Região, em 2022, foi de 1.815.574, correspondendo a 17,6% do total de ocupações do País (IBGE, 2024a).

Na área de atuação da Sudene, de 2007 até 2021, houve um incremento de 83.993 novas empresas comerciais, correspondendo a 31,7% do total de novas empresas no Brasil. Em

2021, estavam ativas 300.749, representando 20,9% do total de estabelecimentos do setor comercial do País. Todas as atividades do setor comércio cresceram, destacando-se: o comércio atacadista de produtos de tecnologia da informação e comunicação; o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos; o comércio manutenção e reparação de veículos automotores; o comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e de construção.

O Banco do Nordeste, instituição financeira de desenvolvimento regional que administra o FNE, na área de atuação da Sudene, instituiu, em 2002, o Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (FNE Comércio e Serviços), com a finalidade de financiar a implantação, modernização, reforma, realocação, ampliação, ou aquisição de máquinas, equipamentos e veículos nos empreendimentos dos setores do comércio e de serviços. Tais financiamentos envolvem: investimentos fixos; capital de giro associado; formação de estoques; aquisição de insumos; aquisição de mercadorias para exportação; ou ressarcimento ou reembolso, de gastos gerais relativos ao funcionamento do empreendimento (BNB, 2023).

Outras modalidades de programas, denominados de transversais, por atenderem a demandas específicas dos vários setores da economia, também vieram complementar o apoio creditício ao setor do comércio. No período 2002 a 2023, foram implementados programas do FNE específicos para as micro e pequenas empresas (FNE MPE); para os empreendedores individuais (FNE EI); para os empreendimentos organizados no formato de franquias (FNE Franquias); para os financiamentos voltados à melhoria da gestão ambiental (FNE Verde); e para a implementação de inovações nas empresas (FNE Inovação) dentre outros (BNB, 2023).

Conforme os planos de aplicação do FNE, no período de 2002 a 2023, foram orçados R\$ 329,3 bilhões e contratados R\$

322,6 bilhões, correspondendo a 98% do orçamento. De tais recursos, foram orçados R\$ 67,7 bilhões para os setores do comércio e serviços, em conjunto. As contratações para esses setores somaram R\$ 77,1 bilhões, superando o orçamento em 13,9%. Desse total de contratações, 54,1% foram direcionados somente para o setor do comércio, correspondendo a R\$ 41,7 bilhões e realizadas 331.023 operações. Tal desempenho representou, aproximadamente, 12,7% do total dos recursos orçados para o FNE.

Na área de atuação da Sudene, as contratações do FNE atenderam a 1.966 municípios, correspondendo a 95% dessa área de cobertura do FNE. Os empreendimentos comerciais de portes micro e pequeno, inclusive empreendedores individuais, contrataram 86,5% das operações e 47,5% dos recursos, com um tíquete médio de R\$ 113,6 mil, em valores corrigidos. No Semiárido, foram realizadas 62,7% das operações do FNE no setor comércio, correspondendo a 50,9% dos valores contratados. O valor médio por operação foi de R\$ 167,9 mil. Nos municípios de tipologia Média ou Baixa Rendas, prioritários do PRDNE, foram contratadas 77,7% das operações e 62,5% dos recursos. Quanto às Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE), todos os municípios que integravam tais Regiões foram atendidos, pelo menos, com uma operação com recursos do FNE no setor comércio. As Regiões Metropolitanas e as Aglomerações Urbanas responderam por 47,7% dos valores contratados corrigidos no setor comércio em operações com recursos do FNE. Destacaram-se cinco regiões: Salvador, Fortaleza, Natal, Recife e São Luís, que juntas contrataram 60,2% dessas operações.

Ao analisar as contratações com recursos do FNE no setor comércio, usando como referência a classificação das atividades econômicas da CNAE (Tabela 28), foi possível estimar que:

- 8,6% das operações e 8,4% dos valores contratados foram realizados no Grupo Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, tendo como principal demandadora de crédito, a atividade do comércio de peças e acessórios para veículos automotores;
- 11,8% das operações e 21,5% dos valores contratados, foram realizados no Grupo Comércio Atacadista, com destaque para a atividade de comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo; e
- 79,6% das operações e 70,1% dos valores contratados no Grupo Comércio Varejista, onde se destacaram as atividades: comércio varejista não especializado; comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo; comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; comércio varejista de material de construção; e comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos e artigos médicos, óticos, ortopédicos;
- A atividade com maior quantidade de operações e volume de crédito foi o comércio varejista de produtos alimentícios bebidas e fumo, com 79.184 operações e mais de R\$ 15,4 bilhões em valores contratados.

As aplicações do FNE no setor comércio caracterizaram-se pela desconcentração tanto em nível de municípios quanto pelo porte das empresas. As operações atenderam as diretrizes estabelecidas pelo PRDNE. O percentual das contratações por atividade econômica correspondeu ao percentual semelhante de distribuição das empresas nas divisões da CNAE 2.0.

REFERÊNCIAS

BC. **Relatório de economia bancária 2022**. Brasília (DF), 6 jun. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2022p>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BC (Banco Central do Brasil). **Glossário**. Brasília (DF), [2017]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Estatisticas_mensais/Monetaria_credito/glossariocredito.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

BNB. **Programação do FNE 2023**. Fortaleza, mar. 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45787/641267/Programa%C3%A7%C3%A3o+FNE++2023.pdf/8f00d4f4-8af3-a450-6f51-08a7be016a6f?version=1.0&t=1691171238357>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília (DF), 23 mar. 2024. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=dec&numero=11962&ano=2024&ato=9dgcxsu1enzpwt75>. Acesso em: 2 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012**. Altera as leis nºs 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 9.469, de 10 de julho de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.029, de 12 de abril de 1990, 10.954, de 29 de setembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; e dá outras providências. Brasília (DF), 22 set. 2012. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12716&ano=2012&ato=f49ATSq1kMVpWT3d7>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; e dá outras providências. Brasília (DF), 4 jan. 2007. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=125&ano=2007&ato=c32AzYU1ENRpWT9c6>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.177 de 12 de janeiro de 2001. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei 7.827, de 27/09/1989, e dá outras providências. Brasília (DF), 13 jan. 2001. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10177&ano=2001&ato=5f1kXSE5kMNpWT959>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso i, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e dá outras providências. Brasília (DF), 28 set. 1989. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7827&ano=1989&ato=999kXU61EeFpWT9a0>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Institui a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e dá outras providências. Brasília (DF), 24 dez. 1975. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=76900&ano=1975&ato=a4bitQE50MnRVt98b>. Acesso em: 9 out. 2023.

CARREIRO, A. A. S.; NOSE, E. T. O avanço do e-commerce brasileiro pré e pós pandemia. **Revista Inovação Tecnológica**. São Paulo, v. 13, n.1, p. 85-108, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://rit.openjournalsolutions.com.br/index.php/rit/issue/view/28>. Acesso em: 4 set. 2024.

DAÓLIO, L. C. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/comercio_ref.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

IBGE. **Em 2022, Brasil tinha 14,6 milhões de microempreendedores individuais**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, Agência IBGE Notícias, Estatísticas Econômicas, 21 ago. 2024(b). Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41046-em-2022-brasil-tinha-14-6-milhoes-de-microempreendedores-individuais#:~:text=As%20Estat%C3%ADsticas%20dos%20Cadastros%20de,individuais%20\(MEIs\)%20no%20Brasil](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41046-em-2022-brasil-tinha-14-6-milhoes-de-microempreendedores-individuais#:~:text=As%20Estat%C3%ADsticas%20dos%20Cadastros%20de,individuais%20(MEIs)%20no%20Brasil). Acesso em: 26 ago. 2024.

IBGE. **Comércio**: pesquisa anual do comércio. Rio de Janeiro: IBGE, [2024] (a). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pac/quadros/brasil/2022>. Acesso em: 05 set. 2024.

IBGE. **Recortes metropolitanos e aglomerações urbanas**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/18354-regioes-metropolitanas>. Acesso em: 6 ago. 2024.

IBGE. **Classificação Nacional das Atividades econômicas**: versão 2.0. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2007. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura>. Acesso em: 9 out. 2023.

MTE. **Nota técnica:** relação Anual de Informações Sociais, ano-base 2022. Brasília (DF), MTE, março 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2022/nota-tecnica-rais-2022.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2024.

MTE. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho:** base de dados RAIS 2007-2022. Brasília (DF), MTE, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/estatisticas-do-trabalho>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MTE. **O que é RAIS?** Brasília (DF), MTE, [2021]. Disponível em: <https://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAULI, L. B. **Comércio varejista brasileiro:** uma análise dos determinantes macroeconômicos das vendas. Santa Maria (RS), UFSM, dissertação de mestrado, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16608>. Acesso em: 1 nov. 2023.

RFB. **Simples Nacional:** estatísticas. quantidade de optantes MEI 2012 a 2022. Brasília (DF): RFB, [2023]. Disponível em: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/ConteudoApoio/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SEBRAE. **Relação Anual de Informações Sociais.** Brasília (DF), Leis e legislação, 13 abri. 2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/relacao-anual-de-informacoes-sociais,b72e448a51dc8710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SOBRE A AUTORA

Maria Inez Simões Sales

Mestre em Avaliação de Políticas Públicas, Coordenadora de Estudos e Pesquisas do BNB, no Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). Contato: marinezsales@bnb.gov.br.

